

Carta ao FMI traz mudanças

A carta de intenções do País ao Fundo Monetário International possui vários compromissos que, se cumpridos, pesarão no bolso do cidadão. O item 31 da página 11 da carta compromete-se com a manutenção da ausência da correção rápida dos salários (indexação). Eles continuarão sendo corroidos pela inflação, que não deve sofrer queda sensível nos primeiros meses deste ano.

A carta deixa claro que o brasileiro vai gastar mais com as contas de energia elétrica, telefone, abastecimento de combustível e outras. Elas continuarão a subir mais que os salários, pois "estão projetadas para situarem-se este ano, 15 por cento acima da inflação. A promessa está no item 23 da página oito da carta.

A recessão vai permanecer, como efeito da política governista. Conforme o item 10 da carta "a projeção quanto ao PIB real é de que permaneça inalterado em 1992". Os empresários, como tem ocorrido historicamente, deverão continuar transferindo os custos da ausência de crescimento econômico para os trabalhadores, implicando em desemprego (principalmente nos primeiros meses) e salários achatados.

Na página nove da carta, item 27, estão as linhas gerais das decisões que manterão a recessão. "O Governo atribui importância crítica à manutenção da atual política restritiva de crédito como forma de alcançar a redução desejada da inflação".

"O Governo está consciente de que essas políticas continuarão a provocar taxas de juros reais muito altas até que se consolide o ajusta-

mento fiscal. O programa de crédito para 1992 foi (...) baseado em uma estimativa conservadora por demanda de moeda", observa a carta.

Normalizar — A equipe econômica está disposta a transformar o acordo que será celebrado com o FMI num "passaporte" que permita o reingresso do Brasil na comunidade financeira internacional. A expectativa dos membros do Governo é de que o aval do FMI aos ajustes adotados pelo Brasil, facilitará a conclusão da negociação com o Comitê de Bancos Credores, além de abrir caminho para o reescalamento do débito de 25 bilhões de dólares junto ao Clube de Paris (entidade que reúne os bancos centrais de vários países).

Este sentimento está explícito no item 36 da carta de intenções, que foi apresentada à diretoria do Fundo. O Governo também se compromete a pagar em dia, os juros da dívida contraída junto aos credores oficiais (FMI, Clube de Paris, BID e Banco Mundial), que vencerem durante a vigência do programa de ajustes.

Para ajudar fechar a negociação com os bancos credores privados estrangeiros, o Governo brasileiro usará 25 por cento (cerca de 500 milhões de dólares) dos desembolsos realizados pelo FMI, completando as garantias exigidas pelos credores.

O Brasil poderá recorrer ao Banco Mundial, BID e Clube de Paris para buscar recursos que permitam a execução das reformas estruturais previstas no plano de estabilização econômica e também sirvam de garantia ao pagamento devido aos bancos credores privados estrangeiros.

O estoque da dívida com esses bancos é de 45 bilhões de dólares. O País tenta obter "perdão" (não cobrança) de 37 por cento desse valor, 16,65 bilhões de dólares. Além disso, pretende efetuar o pagamento em 25 anos.